

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.636.442 - SP (2019/0378142-2)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : NOTRE DAME INTERMEDICA SAUDE S.A**  
**ADVOGADOS : PAULO ROBERTO VIGNA - SP173477**  
**VITOR CAMARGO OLIVEIRA SANTOS - SP378377**  
**BRUNO NAVARRO SILVA - SP429261**  
**AGRAVADO : TERESA APARECIDA SIBINEL PILON**  
**ADVOGADO : MARIANA PASIANOTI BERGAMINI - SP254355**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por NOTRE DAME INTERMÉDICA SAÚDE S.A, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO , assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL - PLANO DE SAÚDE CONTINUIDADE - FALECIMENTO DO TITULAR DO PLANO - PROCEDÊNCIA DO PEDIDO PARA CONTINUIDADE DO PLANO EM FAVOR DA DEPENDENTE - INSURGÊNCIA TANTO DA OPERADORA - NÃO CABIMENTO - O FALECIMENTO DO TITULAR NÃO IMPLICA NA AUTOMÁTICA EXTINÇÃO DO VÍNCULO CONTRATUAL COM AQUELES QUE FIGURAVAM COMO DEPENDENTES - RESOLUÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO QUE MOSTRA-SE ABUSIVA - PRECEDENTES - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO (fl. 276).

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 104 e 436 do CC e 17-A da Lei 9.656/98, no que concerne ao contrato de plano de saúde firmado entre as parte, trazendo os seguintes argumentos:

Posto, o contrato estabelecia a existência de vínculo com a cooperativa para que exercesse os direitos. Desta maneira não existiu nenhuma contrariedade à Lei por parte da Recorrente, mas o r. acórdão ignora o dispositivo federal.

Diga-se com isto, que, ao dar interpretação diversa, ou mitigar o entendimento consagrado em cláusula contratual livre de qualquer vício de legalidade, determinando a inclusão da recorrida ao plano de saúde, mesmo contendo cláusula expressa para exclusão do beneficiário em caso de falecimento do titular, há ruptura não só a segurança jurídica das negociações entre as partes, mas essencialmente o negócio jurídico perfeito, celebrado pelo artigo 104 do Código Civil, ou seja, negando vigência diretamente ao dispositivo de lei (fls. 296/297).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "c" do permissivo constitucional, alega dissídio jurisprudencial, no que concerne à inaplicabilidade dos arts. 30 e 31 da Lei 9.656/1998 aos planos de saúde de natureza empresarial.

É o relatório. Decido.

Quanto a primeira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 283/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de atacar fundamento autônomo e suficiente para manter o julgado, qual seja:

É incontroverso que a requerente é viúva e dependente do titular do plano de saúde mantido e administrado pelas corrés. Com efeito, a rescisão unilateral de contrato de plano de saúde, em caso de morte do titular, contraria o art. 30, § 3º, da Lei nº 9.656/98, que dispõe: “Em caso de morte do titular, o direito de permanência é assegurado aos dependentes cobertos pelo plano ou seguro privado coletivo de assistência à saúde, nos termos do disposto neste artigo” .

Por conseguinte, a operadora do plano de saúde tem a obrigação de manter o contrato, desde que a dependente arque com os seus valores.

Quando se trata de hipótese de manutenção de contrato de plano de saúde, no caso em benefício de dependente após a morte do titular e término do período de remissão, na hipótese tem aplicação o disposto na Súmula 13 da Agência Nacional de Saúde-ANS, e § 3º do artigo 30 da Lei nº 9.656/98, que assim dispõe:

[...]

Na hipótese, não se trata de ignorar a autonomia de vontade presente na celebração do contrato, mas de adequá-la, mormente nos contratos de adesão, aos limites de proteção fixados pelo Código de Defesa do Consumidor.

Logo, de rigor o reconhecimento do direito da autora de manter-se vinculada ao mesmo contrato de que já é dependente, observando-se as mesmas condições anteriores ao falecimento do titular.

Por outro lado, assim dispõe o art. 13 da Lei 9.656/98:

Art. 13. Os contratos de produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º desta Lei têm renovação automática a partir do vencimento do prazo inicial de vigência, não cabendo a cobrança de taxas ou qualquer outro valor no ato da renovação. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001) Parágrafo único. Os produtos de que trata o caput, contratados individualmente, terão vigência mínima de um ano, sendo vedadas: (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

I - a recontagem de carências; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

II - a suspensão ou a rescisão unilateral do contrato, salvo por fraude ou não-pagamento da mensalidade por período superior a sessenta dias, consecutivos ou não, nos últimos doze meses de vigência do contrato, desde que o consumidor seja comprovadamente

notificado até o quinquagésimo dia de inadimplência; e (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

III - a suspensão ou a rescisão unilateral do contrato, em qualquer hipótese, durante a ocorrência de internação do titular. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

Ademais, não há falar-se em distinção entre contrato coletivo e individual, uma vez que incide na espécie o aludido art. 13 da Lei nº 9.656/98, por analogia, pois o contrato não se extingue de plano em razão tão somente do falecimento do titular.

[...]

Nesse sentido: “A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado impõe o não-conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula n. 283/STF: 'É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles'” (AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.317.285/MG, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 19/12/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt nos EREsp n. 1.698.730/SP, relator Ministro Raul Araújo, Segunda Seção, DJe de 18/12/2018; e AgRg nos EAREsp n. 447.251/SP, relator Ministro João Otávio de Noronha, Corte Especial, DJe de 20/5/2016.

Além disso, incide o óbice da Súmula n. 211/STJ, uma vez que as questões lastreadas nos artigos de lei apontados como violados no recurso especial não foram examinadas pela Corte de origem, a despeito da oposição de embargos de declaração. Assim, ausente o requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: AgRg nos EREsp n. 554.089/MG, relator Ministro Humberto Gomes de Barros, Corte Especial, DJ de 29/8/2005; AgInt no AREsp n. 1.264.021/SP, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 1º/3/2019; e REsp n. 1.771.637/PR, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 4/2/2019.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, não foi comprovado o dissídio jurisprudencial, uma vez que a parte recorrente não realizou o indispensável cotejo analítico a fim de demonstrar a existência de identidade jurídica e similitude fática entre o acórdão recorrido e o(s) paradigma(s) indicado(s).

Nesse sentido: “Esta Corte já pacificou o entendimento de que a simples transcrição de ementas e de trechos de julgados não é suficiente para caracterizar o cotejo

# *Superior Tribunal de Justiça*

analítico, uma vez que requer a demonstração das circunstâncias identificadoras da divergência entre o caso confrontado e o aresto paradigma, mesmo no caso de dissídio notório” (AgInt no AREsp n. 1.242.167/MA, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 5/4/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AREsp n. 535.444/PR, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de 1º/4/2019; REsp n. 1.773.244/RJ, relatora Ministra Nancy Andrigli, Terceira Turma, DJe de 5/4/2019; e AgInt no AREsp n. 1.358.026/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 1º/4/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente